

Vilaça pede fiscalização

O Brasil poderá ser obrigado a conviver com novas fraudes contra o Sistema Único de Saúde (SUS) enquanto não for estabelecido um eficiente sistema de fiscalização e controle interno, desestruturado desde o governo do ex-presidente Fernando Collor. A conclusão é do ministro do Tribunal de Contas da União, Marcos Villaça, que, no relatório das inspeções extraordinárias realizadas no extinto Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência (Inamps), afirma ser urgente a instalação do Sistema Nacional de Auditoria, independente e capaz de coibir fraudes e outras distorções administrativas.

O documento traça um quadro sombrio da situação da saúde pública no Brasil e condena a proposta de reforma administrativa do Ministério da Saúde, que não prevê fiscaliza-

ção da ação de estados e municípios no SUS e vincula o Sistema Nacional de Auditoria à área de planejamento e programação orçamentária do Ministério. "O Órgão fica sem a autonomia e a independência necessárias para seu desempenho", avalia Villaça.

O secretário Nacional de Saúde, Carlos Mosconi, responsável pelo SUS, concorda com a necessidade de aprimorar o controle interno, mas acredita que as auditorias fiscal, contábil e financeira têm que ficar com o TCU. "Não há como sobrecarregar o Ministério da Saúde com esse tipo de trabalho, que não tem estrutura para isso, temos que dar a maior força possível à auditoria médica", afirmou, referindo-se ao trabalho de fiscalização dos procedimentos médicos. Mosconi disse que, desde que os trabalhos de auditoria médica foram informatizados, o SUS conseguiu coisas espantosas. Como exemplo, informou que, no período de 1990/1991, os gastos do SUS com órteses e próteses giravam em torno de 25 milhões de dólares por mês.